

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE LINHARES – ES

BR-L1605

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – SGAS

Luiz Fernando Galli
Marisa Teixeira
Consultores
Abril de 2023



SUMÁRIO

	Página
I. Introdução	1
II. Marco Ambiental e Social Específico para o Projeto.....	3
2.1. Condições de Viabilidade Ambiental e Social do PDUOT	3
III. Identificação de Riscos e Impactos	4
3.1. Identificação e Classificação de Risco e Impacto	4
3.2. Exclusão e Condições de Elegibilidade	5
3.3. Instrumentos de Análise e Avaliação	6
IV. Gestão do Programa – PDUOT	6
4.1. Considerações	6
4.2. Arranjo Institucional de Gestão	11
4.3. Atribuições na gestão do Programa	13
4.4. Gestão Ambiental e Social	20
V. Capacidades e Competências Organizativas	23
VI. Prontidão e Resposta a Emergências	24
VII. Divulgação, Disseminação de Informação e Comunicação Externa	25
VIII. Monitoramento e Avaliação	26

Anexos

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – SGAS

I. Introdução

O Projeto de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial de Linhares – PDUOT, foi classificado na Categoria B de acordo com a triagem e categorização ambiental e social do Marco de Políticas Ambientais e Sociais - MPAS do BID (vide Anexo 1). Trata-se de um programa de obras múltiplas e a Amostra Representativa foi analisada durante a preparação da operação de financiamento com o BID, para identificar a viabilidade ambiental e social do Programa.

Este Sistema de Gestão Ambiental e Social - SGAS tem como referência as avaliações de riscos e impactos socioambientais e os programas de controle, mitigação e compensação de impactos da Avaliação Ambiental e Social – AAS, Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS e seu respectivo Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS elaborados em cumprimento ao Padrão de Desempenho Ambiental e Social - PDAS 1.

O SGAS constitui um processo dinâmico e contínuo que apoiará a Prefeitura de Linhares, como mutuária, na gestão socioambiental do PDUOT, envolvendo-a na administração das questões sociais e ambientais e na colaboração com os trabalhadores, as pessoas afetadas pelos projetos e, quando apropriado, outras partes interessadas.

O SGAS se apoia nos elementos do processo de “*planejar, executar, verificar e agir*”, para gerenciar riscos¹ e impactos² ambientais e sociais de maneira sistemática, estruturada e contínua.

Desta forma, na elaboração deste SGAS procurou-se definir os instrumentos específicos para incorporar os mecanismos de planejamento e coordenação, definir os atores, suas funções e responsabilidades, bem como os indicadores socioambientais, tanto de desempenho institucional como de programas e projetos de meio ambiente e saúde e segurança, assegurando o acompanhamento e a melhoria contínua do Sistema.

O SGAS torna mais dinâmica e eficiente a gestão socioambiental do Programa, eliminando encaminhamento de relatórios e processos burocráticos e reduzindo

¹ Risco ambiental e social é a combinação da gravidade esperada de (i) um potencial impacto social e ambiental potencialmente adverso que um projeto pode causar ou contribuir, ou (ii) questões que podem afetar negativamente a prestação de medidas e resultados de mitigação social e ambiental e a probabilidade de quaisquer ou ambos ocorrerem.

² Impacto ambiental e social se refere a qualquer mudança, potencial ou real (i) no ambiente físico, natural ou cultural; e (ii) na comunidade e nos trabalhadores do entorno, resultantes da atividade a ser realizada.

significativamente o prazo para a correção dos problemas apontados (não conformidades). Assim, a gestão ambiental e social do Programa estruturada em acordo ao MPAS, é parte essencial do cumprimento das condições de execução dos empréstimos firmados com o BID.

A política de compromisso e a liderança da gestão ambiental e social fornecem a base sobre a qual um SGAS estruturado e eficaz pode ser construído. Definem a conduta da UGP e demais atores e fornece o suporte necessário para garantir que o compromisso e engajamento sejam mantidos.

O desenvolvimento e implementação da política de gestão ambiental e social é estruturado com base em três pilares: (i) Política de Saúde e Segurança; (ii) Política Social; e (iii) Política Ambiental. A implementação dessas três políticas de forma interligada é o objetivo principal do SGAS e fornece um padrão geral de desempenho ambiental, social, de saúde e segurança.

De acordo às diretrizes do Banco, a base conceitual para o SGAS está pautada em 07 pontos interdependentes³, como mostra a Figura Nº 1.



Figura Nº 1: Base conceitual do SGAS

³ <https://blogs.iadb.org/sostenibilidad/es/mpas-sistema-de-gestion-ambiental-y-social/>

II. Marco Ambiental e Social Específico para o Projeto

2.1. Condições de Viabilidade Ambiental e Social do PDUOT

O Programa será desenvolvido e executado visando: enfrentar os desafios do crescimento ordenado e inclusivo da cidade; a promoção de infraestrutura de saneamento e viária; acelerar o progresso em igualdade de gênero, diversidade e inclusão; e promover a sustentabilidade ambiental e social. Nesse sentido, o Organismo Executor - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos – SEMOB, por meio da Unidade de Gestão do Programa – UGP, e os órgãos sub-executores se comprometem a pautar suas ações voltadas a sustentabilidade e qualidade socioambiental em linhas de ações específicas, de acordo com as características das intervenções do Programa e com as diretrizes do MPAS do BID. Para tanto, os seguintes **compromissos e condições gerais de elegibilidade** socioambiental se aplicam ao SGAS e a todos os projetos e atividades financiados pelo PDUOT:

- i. Respeitar os direitos humanos, tratando os riscos e impactos a esses direitos, evitando violações como resultado do projeto ou intervenção;
- ii. Promover a igualdade de gênero, identificando e tratando os riscos de exclusão e violência baseada em gênero. Para cada tipo de projeto ou intervenção do Programa, serão consideradas as lacunas que podem limitar o acesso das mulheres (por exemplo, nas programações que possam interferir nas atividades familiares como a assistência aos filhos) e propor, quando for o caso, medidas que promovam sua participação, incluindo estratégias diferenciadas para acessar potenciais beneficiários/as;
- iii. Garantir o respeito, a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos nas obras e instalações, quer sejam contratados diretamente pela UGP, quer pelos prestadores de serviços e fornecedores de material;
- iv. Promover o engajamento aberto, transparente e inclusivo das partes interessadas, e o direito ao acesso à informação a participação e a justiça na resolução dos problemas ambientais e sociais relacionados ao PDUOT;
- v. Projetos e ações não devem causar impactos ambientais negativos e, caso existam, deverão poder ser mitigados com práticas e obras adequadas. As intervenções não devem afetar habitats em situação crítica ou causar impactos negativos significativos sobre a biodiversidade ou processos ecológicos que este suporta. Sempre que possível, deve contribuir para a melhoria do ambiente biofísico e dos recursos naturais em sua área de influência;
- vi. Prevenir impactos socioculturais negativos e, caso existam, devem ser incorporadas medidas de mitigação adequadas que permitam, pelo menos, o restabelecimento das condições pré-projeto e, se possível, melhorá-las; e

- vii. A elegibilidade ambiental e social inclui o cumprimento das leis e regulamentos nacionais, estaduais e municipais relevantes, bem como dos padrões de desempenho do MPAS do BID, de acordo com os requisitos de avaliação, mitigação e gestão ambientais e socioculturais estabelecidos neste Sistema de Gestão Ambiental e Social.

O sucesso do SGAS dependerá da participação irrestrita de todos os atores do Programa, que deverão ser informados, e considerar os seguintes **preceitos** nas fases de planejamento, execução e operação:

- i. Considerar os aspectos sociais e ambientais como parte indissociável do PDUOT estando assim inseridos em todas as suas etapas: planejamento, projeto, execução, operação e conservação;
- ii. Assegurar que os programas de controle e mitigação de impactos do MGAS sejam do conhecimento de todos os atores do Programa e, sobretudo, dos responsáveis pelas obras;
- iii. Proporcionar o treinamento específico aos atores com pouco conhecimento no trato das questões socioambientais;
- iv. Disseminar as boas práticas ambientais em todas as atividades do PDUOT;
- v. Possibilitar, de forma rápida e eficaz, por meio de Plano de Ação, a solução de problemas socioambientais não previstos nos programas de Gestão do MGAS, que podem ocorrer na implantação das obras;
- vi. Dispor de instrumentos de comunicação com usuários, comunidades lindeiras e sociedade em geral, visando garantir o fluxo de informações sobre as ações, procedimentos de segurança e ações em emergências; e
- vii. Difundir as informações sobre os benefícios diretos e indiretos e as implicações das intervenções do Programa.

III. Identificação de Riscos e Impactos

3.1. Identificação e Classificação de Risco e Impacto

Para determinar a classificação de impacto apropriada para os projetos e atividades financiados com o PDUOT, são considerados vários aspectos específicos do projeto: tipo, localização, sensibilidade e escala do projeto; natureza e magnitude dos riscos e impactos ambientais e sociais potenciais, incluindo aqueles relacionados a desastres naturais e mudanças climáticas. Para os investimentos do Programa deverá ser aplicada a seguinte categorização:

Categoria A: atividades que possam causar impactos ambientais ou sociais negativos significativos ou ter implicações profundas que afetam os recursos naturais. Não se antecipa a ocorrência de projetos ou atividades classificadas nesta categoria.

Categoria B: atividades que tenham o potencial de causar principalmente impactos ambientais ou sociais negativos locais e de curto prazo e cujas medidas eficazes de mitigação são conhecidas e estão prontamente disponíveis.

Categoria C: atividades com probabilidade de causar impactos ambientais ou sociais mínimos ou nulos.

De forma similar, os projetos e atividades do Programa serão classificadas quanto ao potencial de causar impactos, seguindo as estipulações da legislação nacional, do estado do Espírito Santo referentes ao processo de licenciamento ambiental, outorga de uso de água e lançamento de efluentes, bem como a legislação aplicada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Durante a preparação do operação de empréstimo entre o BID e a PML foram elaborados documentos de análise, controle e gestão ambiental, quais sejam: Avaliação Ambiental e Social – AAS e Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS da Amostra Representativa de obras e intervenções⁴; e o Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS, aplicável a todo o universo de obras e intervenções do PDUOT. Esses documentos fornecem as diretrizes e procedimentos necessários para planejamento, execução e monitoramento das obras e demais intervenções.

3.2. Exclusão e Condições de Elegibilidade

Os projetos com potenciais **impactos sociais ou ambientais adversos significativos, irreversíveis ou sem precedentes não serão elegíveis no âmbito do Programa**. No processo de avaliação ambiental e social, o Executor deverá filtrar esses projetos de impacto significativo, que incluem aqueles que exigem reassentamento involuntário de comunidades, envolvem conversão e/ou degradação em habitats ou sítios culturais críticos ou, potencialmente, causem impactos adversos sobre povos indígenas e tradicionais.

Além desta lista de exclusões, outras atividades ou condições específicas de projetos são **inelegíveis, no âmbito do PDUOT**, quais sejam:

- Todos os projetos que se enquadrem como de Categoria A de acordo ao MPAS (PDAS 1), em todas as tipologias de empreendimento, impactos e necessidade de reassentamento involuntário de famílias e atividades econômicas. Projetos com impactos sociais potenciais adversos significativos, que exigem reassentamento involuntário de comunidades beneficiárias;

⁴ De acordo às políticas do BID para projetos de obras múltiplas, são analisados estudos, projetos e obras correspondentes a 30% do valor total do Projeto, que incluam a diversidade de obras propostas. <https://projectprocurement.iadb.org/en/documents>

- Obras ou atividades que impliquem a conversão e/ou degradação em habitats naturais críticos ou impactos ambientais significativos e irreversíveis sobre habitats naturais e os serviços ecossistêmicos, ou atividades que impliquem em introdução de novas espécies exóticas nos projetos de recuperação de APP;
- Projetos que impliquem impactos adversos significativos em comunidades quilombolas, tradicionais ou indígenas e seus direitos; e
- Projetos ou atividades que resultem em degradação de bens e valores sociais e culturais relevantes, tais como edificações e sítios históricos, artísticos, salinização dos aquíferos.

3.3. Instrumentos de Análise e Avaliação

Os empreendimentos e atividades financiadas pelo PDUOT devem contar com as devidas licenças e autorizações cabíveis, previamente à licitação e início de obra.

A SEMOB e/ou demais instituições participantes da execução/gestão do Programa, conforme o caso, conduzirá um processo de triagem e avaliação ambiental e social para os projetos e intervenções específicos propostos de acordo a categorização assignada, seguindo as estipulações da legislação ambiental vigente e em cumprimento com os requerimentos do PDAS 1.

Todo projeto ou intervenção com avaliação ambiental e social será apresentado ao Banco para a sua não-objeção prévia à respectiva licitação das obras.

Face ao número significativo de projetos e atividades de diferentes tipos e a abrangência da área de intervenção, o **Quadro Nº 1** apresenta uma triagem preliminar dos riscos socioambientais segundo os tipos de projetos e ações financiáveis.

IV. Gestão do PDUOT

4.1. Considerações

A análise de capacidade institucional (PACI, ainda não finalizada) da SEMOB e demais órgãos responsáveis pela execução do PDUOT verificou que essa Secretaria, como órgão central de coordenação, não possui experiência na execução de programas de investimento financiados por organismos multilaterais. Contudo, o Município apresenta como documento de suporte para atenção aos impactos ambientais, sociais, de saúde e segurança ocupacional (ASSS) o Código Municipal de Meio Ambiente - Lei 3.908 de 2019, que *“é fundamentado na legislação e nas necessidades locais, regula a ação pública do Município de Linhares no estabelecimento de normas de gestão ambiental, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e proteção dos recursos naturais, no controle das atividades potencialmente poluidoras e do meio ambiente equilibrado. Os contratos (licitatórios) possui particularidades em segurança para o trabalhador. Ou seja, as ações são tratadas separadamente, não estão atreladas a uma política integrada no âmbito ambiental, social, e segurança e saúde. A base da gestão*

socioambiental será concentrada na UGP, vinculada à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, que acompanhará os impactos ASSS.”⁵

⁵ BID, Questionário PACI, aba Gestão ASSS, minuta preliminar.

Quadro Nº 1: Triagem preliminar dos riscos socioambientais segundo os tipos de projetos e ações financiáveis.

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espaciali- dade	Ocorrência	Probabili- dade	Duração	Reversibili- dade	Significância	Mitigação/ Compensação
Fase de Planejamento e Projeto										
Elaboração de estudos e projetos das intervenções	Expectativas da população urbana e em especial no entorno de obra nas áreas de influência das intervenções.	Componente 1	Positiva	Disperso	Curto Prazo	Provável	Temporário	n/a	Média	Comunicação Social e Participação Comunitária no Plano de Engajamento das Partes Interessadas incluído no MGAS.
Definição dos perímetros de obra	Alteração nos preços de mercado de terras e edificações	Componente 1	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Provável	Permanente	n/a	Alta	Ação institucional da PML com estabelecimento da utilidade pública do solo – DUP Execução/Validação do zoneamento aplicável a cada área de intervenção
Fase de Implantação										
Geração de emprego e renda.	Aumento de pessoas empregadas e renda.	Componente 1	Positiva na contratação. Negativa na demissão.	Localizado	Curto Prazo	Possível	Temporário	Reversível	Alta	Locais de atendimento à população alvo, espaço de reuniões, apoio a consultas públicas; Mecanismo de Resolução de Queixas de ação continuada até a finalização das ações do Programa.

Quadro Nº 1: Triagem preliminar dos riscos socioambientais segundo os tipos de projetos e ações financiáveis (continuação).

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espaciali- dade	Ocorrência	Probabili- dade	Duração	Reversibili- dade	Significância	Mitigação/ Compensação
Fase de Implantação										
Desapropriação de terrenos e benfeitorias	Reassentamento involuntário obrigatório, perda de moradia, possibilidade de perda de renda e de vínculos com a comunidade	Componente 1	Negativo	Localizado	Longo Prazo	Certa	Permanente	Irreversível	Alta	Aplicação da normativa DPAS.5, com a elaboração de programa de Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário. Soluções de reposição compatíveis com a diversidade de afetação – residencial, comercial, agrícola, terreno sem uso Validação das soluções junto aos afetados
Instalação e operação de canteiros de obras;	Aumento da concentração de material particulado no entorno das obras.	Componente 1	Negativa	Disperso	Curto Prazo	Certa	Temporário	Reversível	Média	Programas de Gestão e Controle Ambiental Obras. Previsão de locais de atendimento à população alvo, espaço de reuniões e apoio a consultas públicas
	Aumento de ruído e vibrações no entorno das obras	Componente 1	Negativa	Disperso	Curto Prazo	Certa	Temporário	Reversível	Baixa	Mecanismo de Resolução de Queixas de ação continuada até a finalização das ações do Programa
Demolições e tráfego de veículos nas áreas das obras.	Incômodo aos moradores e atividades lindeiras.	Componente 1	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Certa	Temporário	Reversível	Baixa	Programas de Gestão e Controle Ambiental de Obras. Comunicação Social na Plano de Engajamento;
	Supressão da vegetação com danos à fauna e flora.	Componente 1	Negativa	Localizado	Longo Prazo	Certa	Permanente	Irreversível	Alta	Programas de Gestão e Controle Ambiental de Obras; Programa de Recuperação de

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espacialidade	Ocorrência	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Significância	Mitigação/Compensação
										Áreas degradadas.
	Riscos de acidentes com animais peçonhentos	Componente 1	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Certa	Temporário	Reversível	Média	Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador
Manipulação de óleos, graxas e outros contaminantes e poluentes.	Risco à saúde e contaminação de solos e corpos hídricos.	Componente 1	Negativa	Localizado	Longo Prazo	Possível	Permanente	Irreversível	Alta	Programa de Controle Ambiental de Obras; Programa de Demolição; Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador.

Quadro Nº 1: Triagem preliminar dos riscos socioambientais segundo os tipos de projetos e ações financiáveis (continuação).

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espacialidade	Ocorrência	Probabilidade	Duração	Reversibilidade	Significância	Mitigação/Compensação
Fase de Implantação										
Movimentação da fauna sinantrópica ⁶ .	Invasão de propriedades e residências vizinhas.	Componente 1	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Possível	Temporário	Reversível	Média	Programa de Controle Ambiental de Obras; Programa de demolição; Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador.
Capacitação de jovens, mulheres	Oportunidade de incremento de	Componente 2 1	Positiva	Localizado	Longo Prazo	Possível	Permanente	Não se aplica	Alta	Deteção de necessidades específicas de acordo ao

⁶ Animais sinantrópicos são aqueles que se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste. Diferem dos animais domésticos, os quais o homem cria e cuida com as finalidades de companhia, produção de alimentos ou transporte. O manejo adequado relativo aos animais sinantrópicos, enfatiza em especial aqueles que podem transmitir doenças, causar agravos à saúde do homem ou de outros animais, tais como insetos, aranhas, roedores, morcegos etc.

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espaciali- dade	Ocorrência	Probabili- dade	Duração	Reversibili- dade	Significância	Mitigação/ Compensação
e pessoas LGBTQI+ para ocupar postos de trabalho gerados pelas intervenções	participação e capacitação de grupos vulneráveis e menos presentes no mercado de trabalho									público-alvo Monitoramento da efetividade das ações como parte do MGAS e SGAS
Fase de Operação										
Sistemas de saneamento	Contaminação dos recursos hídricos	Novas redes de captação de efluentes e ETE	Negativo	Localizado	Longo Prazo	Possível	Temporário	Reversível	Baixa	Manutenção de equipamentos e edificações da ETE e monitoramento das redes
Falta de manutenção dos equipamentos e infraestrutura.	Degradação da infraestrutura.	Toda infraestrutura implantada pelo Programa	Negativa	Localizado	Curto Prazo	Possível	Temporário	Reversível	Baixa	Programas de Gestão e Manutenção de Equipamentos e Infraestrutura.

Quadro Nº 1: Triagem preliminar dos riscos socioambientais segundo os tipos de projetos e ações financiáveis (continuação).

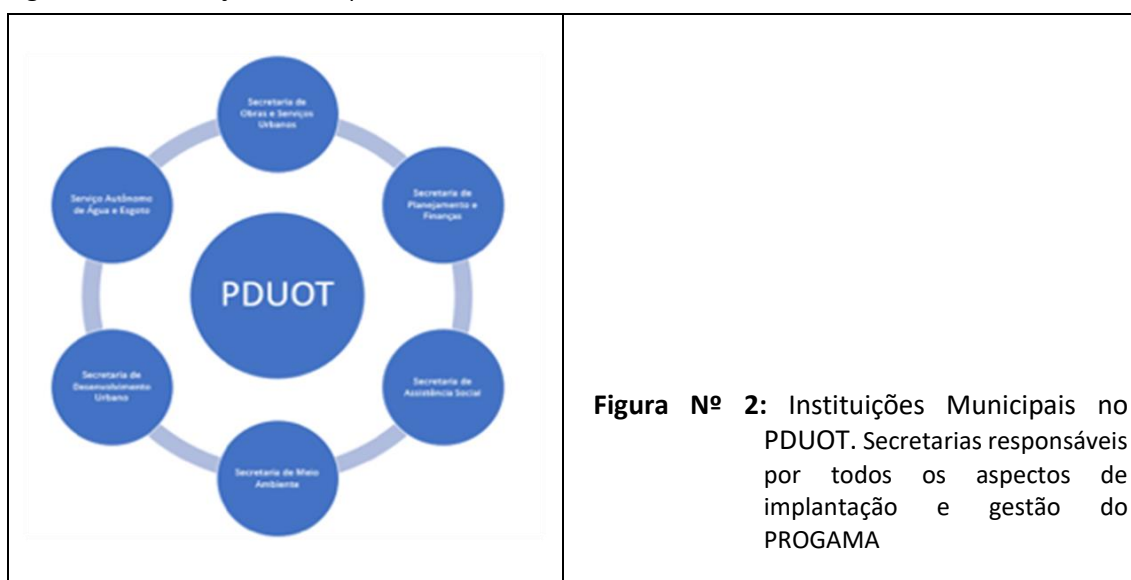
MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espaciali- dade	Ocorrência	Probabili- dade	Duração	Reversibili- dade	Significância	Mitigação/ Compensação
Fase de Operação										

MATRIZ DE IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJETO										
Ação	Impacto	incidência	Natureza	Espaciali- dade	Ocorrência	Probabili- dade	Duração	Reversibili- dade	Significância	Mitigação/ Compensação
Geração de resíduos.	Risco à saúde e danos aos ecossistemas.	Unidades de beneficiamento que integram PAP e/ou PN	Negativa	Localizado	Longo Prazo	Possível	Permanente	Reversível	Baixa	Plano de Gerenciamento dos Resíduos
Uso dos equipamentos de saúde e assistência social, recreação e prática de esportes – Projeto Meninos da Terra	Positivo	Jovens em situação de vulnerabilidade e, população em geral no atendimento pelo CRAS e CREAS	Positivo	Dispersa	Curto Prazo	Certa	Permanente	Não se aplica	Alta	<p>Informação e capacitação para todos os usuários, fornecida a cada grupo de público-alvo em linguagem acessível</p> <p>Divulgação do âmbito de atendimento dos equipamentos assistenciais – CRAS e CREAS</p>
Manutenção inadequada dos equipamentos públicos, urbanização de praças e infraestrutura de mobilidade	Negativo	Praças urbanizadas, ciclovia, equipamentos de recreação	Negativa	Localizada	Longo prazo	Possível	Temporária	Reversível	Média	SGAS – garantia de acompanhamento e monitoramento dos gestores durante a execução do Programa

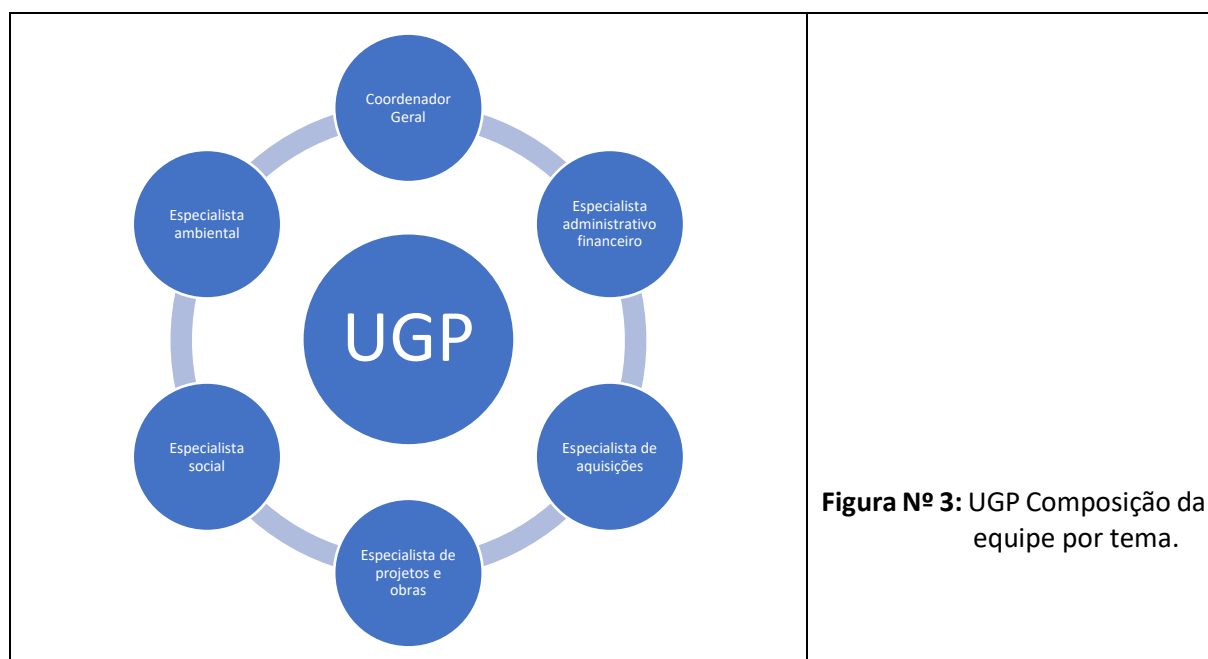
4.2. Arranjo institucional de gestão

O Organismo Executor, na forma proposta constante das **Figuras Nº 2, Nº 3 e Nº 4**, possui capacidade institucional nos aspectos da gestão: de projetos, da qualidade técnica, dos recursos humanos, das aquisições, financeira e de salvaguardas ambientais e sociais. Recomendações de melhoria estão descritas na sequência das figuras mencionadas.

Figura Nº 2: Instituições Municipais no PDUOT



Fonte: SMOB, PM Linhares, outubro 2022.



Fonte: SMOB, PM Linhares, outubro 2022.

Com relação à gestão socioambiental, as principais recomendações de melhoria são:

- Promover capacitação sobre o Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID;
- Desenvolver, no âmbito dos organismos executores e sub-executores, manuais próprios para a gestão de impactos ambientais, sociais e de saúde e segurança, contemplando as melhores práticas do OE e das Políticas do BID, para aplicação nas atividades do Programa;
- Assegurar que a equipe destinada à gestão de impactos ambientais e sociais seja suficiente para responder à alta demanda que será gerada pelo Programa; e
- Incrementar a gestão de salvaguardas ambientais e sociais na UGP com apoio de especialistas contratados que acompanhem e contribuam junto àqueles designados pelas Secretarias indicados na Figura Nº 2.

De acordo à proposta do Município, a Unidade de Gestão do Programa terá as seguintes atribuições:

- Coordenar, planejar, monitorar e executar as atividades relacionadas aos projetos e ações financiadas com recursos do BID;
- Exercer a interlocução da Prefeitura Municipal para assuntos relacionados ao PDUOT;
- Preparar e apresentar planejamento operativo do Programa (incluindo o Plano Operativo Anual (POA), o Plano de Execução Plurianual (PEP), o Plano de Aquisições (PA) e o Plano Financeiro (PF), entre outros);
- Avaliar os projetos executivos das obras e dos termos de referência para contratação dos serviços profissionais para outras ações do programa;
- Preparar termos de referência;
- Preparar e acompanhar os processos de licitação das obras, compras de bens e de serviços;
- Controlar e acompanhar a supervisão e fiscalização de obras e dos contratos de serviços profissionais;
- Coordenar e supervisionar os aspectos ambientais;
- Controlar a contabilidade e os arquivos, elaboração e apresentação de solicitações de desembolsos e das prestações de contas;
- Realizar o controle físico e financeiro e elaboração dos informes de avanço físico e financeiro;

- Coordenar o cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato de Empréstimo;
- Monitorar e avaliar os resultados intermediários e das metas e indicadores da Matriz de Resultado e do Informe de Monitoramento do Programa – PMR;
- Contratar os sistemas gerenciais necessários para o acompanhamento físico e financeiro do Programa; e
- Contratar auditorias externas.

Para o desempenho dessas atribuições a SMOB, além, do arranjo institucional com as Secretarias participantes da execução do Programa (Figura 1) da composição interna da UGP (Figura Nº 2), será apoiada por participantes externos, conforme desenhado na **Figura Nº 4**, a seguir.

Figura Nº 4: Composição da gestão do PDUOT – coordenação, execução e apoio



4.3. Atribuições na Gestão do Programa

Conforme apresentado pelo Executor, a UGP será composta por um Coordenador Geral e especialistas setoriais: i) administrativo financeiro; ii) aquisições; iii) projetos e obras; (iv) social; e (v) ambiental. Estas funções serão preenchidas por pessoal da Prefeitura Municipal de Linhares/ES, os quais serão designados para o exercício das respectivas funções por todo o prazo de execução do Programa. As atribuições de cada membro da UGP estão descritas a seguir.

Coordenador Geral da UGP

- realizar a gestão da Unidade de Gestão do Programa com o apoio dos demais membros;
- coordenar as atividades dos membros da UGP, definindo, distribuindo e acompanhando as linhas de ação e as responsabilidades de cada um deles;
- coordenar a preparação do Plano Operativo Anual (POA) do Programa, do Plano de Aquisições (PA), dos Relatórios de Execução/Progresso do Projeto, das Prestações de Contas do Programa, do Demonstrativo de Gastos, da Solicitação de Desembolso, do Controle e Desembolsos e Aportes Locais, da Conciliação dos Recursos do Banco, do Demonstrativo de Fluxo de Caixa e de Investimentos Acumulados, bem como dos subsídios à preparação do Plano Plurianual (PPA) e do orçamento da Prefeitura, entre outras atividades;
- supervisionar e monitorar todas as atividades referentes aos estudos e projetos para a fundamentação e preparação das ações do Programa;
- tomar decisões gerenciais quanto à alocação dos investimentos do programa, desde que com a anuência da SEMOB e do BID;
- discutir, com os parceiros e a equipe da UGP, os acordos, os convênios, os contratos e demais instrumentos exigidos para a implementação do Programa;
- acompanhar a execução física e financeira dos planos, estudos, projetos e obras constantes da carteira de intervenções do Programa;
- acompanhar, junto aos membros da UGP, as diretrizes, metas e indicadores fixados para a consecução dos objetivos do Programa;
- coordenar as atividades das empresas e consultores individuais contratados para apoio à implementação do Programa, articulando-se, para tanto, com as instâncias competentes de controle da Prefeitura;
- manter interlocução constante da UGP com a SEMOB, estabelecendo um elo técnico-gerencial fundamental e solicitando quaisquer providências executivas para a implementação e/ou a correção do andamento das atividades do Programa;
- manter interlocução constante com a SEMOB e com as demais instâncias setoriais da PML, a fim de garantir a articulação e complementaridade entre as atividades, fundamentais para a correta implementação do Programa;
- manter interlocução constante com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre a execução do Programa, com o objetivo de avaliar o progresso alcançado na implementação das atividades;

- mobilizar, sempre que necessário, com quantidade e perfil adequado, um corpo complementar de especialistas para avaliar os impactos de fatos imprevistos sobre o andamento do Programa, ou para a realização de obras e serviços especiais e atividades afins;
- auxiliar os membros da UGP na produção técnica de relatórios, peças de planejamento e documentos referenciais do Programa;
- realizar quaisquer outras atividades referentes ao gerenciamento do Programa;
- elaborar subsídios para a contratação de consultores e/ou empresas para o desenvolvimento de Termos de Referência de estudos, planos e demais produtos afeitos ao referido componente que se façam necessários para a implementação do Programa; e
- revisar os conteúdos dos Termos de Referência, de modo a refletir neles os objetivos do Programa.

Especialista de projetos e obras

- assessorar o Coordenador no campo de projetos e obras de engenharia;
- apoiar o Coordenador na promoção da observância das normas e padrões estabelecidos no contrato de empréstimo e no Manual Operacional do Programa, e as normas técnicas pertinentes, bem como a supervisão técnica relativa à implantação das ações recorrentes, visando o alcance das metas definidas;
- aprovar os projetos básicos e executivos de engenharia, relativos à mobilidade urbana e demais projetos, desenvolvidos no âmbito do Programa;
- elaborar pareceres técnicos em sua área de competência;
- elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Programa, em sua área de competência;
- elaborar termos de referências necessários à execução dos trabalhos de engenharia;
- elaborar o módulo do POA relativo aos projetos e obras de engenharia;
- definir o enquadramento técnico de projetos;
- gerenciar a elaboração de projetos referentes às obras e aos serviços de engenharia, e sua supervisão;
- aprovar os projetos de engenharia desenvolvidos no âmbito do Programa;

- coordenar a execução das ações de natureza social para a elaboração dos projetos executivos, quando for o caso;
- supervisionar e avaliar a elaboração de orçamentos e especificações técnicas, quando couber;
- supervisionar as ações e atividades necessárias ao licenciamento de obras;
- administrar os contratos no tocante aos prazos de execução e exigências técnicas, sociais e ambientais;
- coordenar a supervisão das obras e serviços de engenharia;
- coordenar as ações de monitoramento dos indicadores de impactos estratégicos relacionados com as ações de engenharia, como parte do sistema de monitoramento e avaliação do programa;
- elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Programa, em sua área de competência; e
- desenvolver demais atividades técnicas necessárias a execução dos trabalhos da UGP.

Especialista ambiental

- assessorar a coordenação da UGP nos aspectos ambientais do Programa;
- adotar procedimentos cabíveis ao licenciamento ambiental das obras e serviços do programa junto aos órgãos competentes (SEMAR, IEMA e organismos federais);
- proceder à análise técnica e recomendar aprovação de planos e projetos técnicos inerentes aos aspectos ambientais do Programa;
- monitorar e fiscalizar a execução dos planos, projetos e serviços de recuperação ambiental;
- monitorar o cumprimento de metas e procedimentos estabelecidos para implementação dos planos e projetos ambientais;
- facilitar o diálogo e a coordenação entre as secretarias municipais envolvidas nas ações ambientais;
- supervisionar e avaliar as atividades relativas a estudos e projetos de caráter ambiental, promovendo a observância das normas e padrões estabelecidos no contrato de empréstimo e no Regulamento Operacional do Programa, bem como a supervisão técnica relativa à implantação das ações recorrentes, visando o alcance das metas definidas;

- supervisionar e avaliar o cumprimento dos requisitos ambientais previstos nos estudos de impacto e de controle ambiental (EIA/RIMA, PBA, PCA e outros), na legislação e nas normas nacionais, estaduais, municipais e nas licenças ambientais concedidas pela autoridade licenciadora;
- apoiar a realização de consultas e audiências públicas, conforme o caso;
- acompanhar a fiscalização das ações relativas às intervenções que envolvam questões ambientais;
- elaborar relatórios de avaliação ambiental dos programas, projetos e da execução das obras do programa;
- coordenar as ações referentes aos questionamentos de caráter ambiental formulados pela sociedade civil e outras partes interessadas nos programas previstos;
- apoiar as auditorias ambientais independentes;
- elaborar pareceres técnicos em sua área de competência; e
- elaborar os capítulos pertinentes à execução e gestão ambiental no Relatório semestral de progresso do Programa.

Especialista social

- assessorar a coordenação da UGP nos aspectos sociais do Programa;
- proceder à análise técnica e recomendar aprovação de planos e projetos técnicos inerentes aos aspectos sociais do Programa;
- monitorar e fiscalizar a execução dos planos, projetos e serviços na área social;
- monitorar o cumprimento de metas e procedimentos estabelecidos para implementação dos planos e projetos sociais;
- facilitar o diálogo e a coordenação entre as secretarias municipais envolvidas nas ações sociais;
- supervisionar e avaliar as atividades relativas a estudos e projetos de caráter social, promovendo a observância das normas e padrões estabelecidos no contrato de empréstimo e no Regulamento Operacional do Programa, bem como a supervisão técnica relativa à implantação das ações recorrentes, visando o alcance das metas definidas;

- supervisionar e avaliar o cumprimento dos requisitos sociais previstos nos estudos de impacto e de controle ambiental (EIA/RIMA, PBA, PCA e outros), na legislação e nas normas nacionais, estaduais, municipais e nas licenças ambientais concedidas pela autoridade licenciadora;
- apoiar a realização de consultas e audiências públicas, conforme o caso;
- acompanhar a fiscalização das ações relativas às intervenções que envolvam questões sociais;
- assegurar que a população diretamente afetada pelos efeitos temporários das obras esteja informada do ciclo do projeto, de acordo com as normas locais e do BID;
- elaborar relatórios de avaliação social dos programas, projetos e da execução das obras do programa;
- coordenar as ações referentes aos questionamentos de caráter social formulados pela sociedade civil e outras partes interessadas nos programas previstos;
- apoiar as auditorias que envolvam questões sociais independentes;
- elaborar pareceres técnicos em sua área de competência; e
- elaborar os capítulos pertinentes à execução e gestão social no Relatório semestral de progresso do Programa.

Especialista administrativo-financeiro

- assessorar o coordenador da UGP nos assuntos administrativos e financeiros no âmbito do Programa;
- promover a observância das normas e padrões estabelecidos no contrato de empréstimo e no Regulamento Operacional do Programa, no que se refere aos procedimentos administrativos e financeiros do Programa;
- elaborar e formalizar as propostas orçamentárias anuais do Programa, junto à SEMOB, no que se refere à alocação dos recursos de contrapartida e da operação de crédito;
- preparar a documentação necessária à abertura das contas bancárias e à tramitação dos pedidos de liberação de recursos;
- supervisionar os trâmites relativos às solicitações de desembolso, emissão de notas de empenho, pagamentos e conciliações das contas do Programa, bem como o registro de contratos no sistema informatizado do Programa;
- providenciar as solicitações de desembolso e justificativas de gastos junto ao BID;

- solicitar à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças - SEMFI a liberação de recursos no que se refere à contrapartida;
- analisar as faturas, controlar os aportes financeiros e atualizar periodicamente os cronogramas de desembolso do Programa;
- emitir proposta de Pagamento;
- efetivar o pagamento de despesas;
- alimentar o sistema informatizado do Programa com o objetivo de obter dados gerenciais consolidados na forma de relatórios, para supervisão e preparação de prestação de contas financeiras, orçamentárias e demais documentos;
- alimentar o sistema de monitoramento e avaliação do Programa, para a apresentação dos relatórios de progresso e demais relatórios constantes do contrato de empréstimo, além de coordenar as ações de avaliação da execução financeira do Programa, com base nos indicadores da matriz de resultados;
- proceder à contabilização geral dos gastos do Programa;
- elaborar relatórios periódicos sobre a movimentação financeira do Programa;
- elaborar relatório de prestação de contas e demonstrações financeiras do Programa;
- adotar normas e sistemas de controle de materiais, de bens de capital e patrimônio e de documentos e arquivos;
- requisitar materiais e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades do Programa;
- organizar e manter o sistema de arquivo da documentação financeira do Programa;
- acompanhar a realização das auditorias do Programa, garantindo a disponibilidade da documentação necessária, e prestar as informações necessárias aos órgãos de Controle Interno, Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos;
- elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Programa, em sua área de competência.

Especialista de aquisições

- assessorar ao Coordenador Geral da UGP nos assuntos relativos às aquisições e contratos no âmbito do Programa;
- coordenar a elaboração do Plano de Aquisições – PA;

- conhecer, cumprir e divulgar entre os demais membros da UGP as normas e procedimentos das Diretrizes para Aquisição e Seleção de Consultores do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- assessorar toda a equipe da UGP em relação aos termos de referência, visando cumprir as normas, procedimentos e diretrizes do Banco;
- emitir todos os pedidos de Manifestação de Interesse, Solicitações de Propostas, editais para seleção de consultores/ empresas de consultoria/serviços de não consultoria, execução de obras de infraestrutura e aquisição de bens, no âmbito do Programa;
- elaborar, juntamente com a equipe técnica do Projeto, critérios para avaliação dos portfólios apresentados pelas empresas consultoras e consultores individuais;
- elaborar as listas longas, avaliar, juntamente com a equipe técnica do Programa, os portfólios das empresas e elaborar as listas curtas, articulando-se com demais órgãos do Município, caso necessário;
- solicitar as “Não-Objecções” ao BID para cada uma das fases que assim exigirem, conforme o Plano de Aquisições – PA;
- assessorar as comissões técnicas de avaliação de propostas técnicas e financeiras do Projeto;
- orientar a equipe da UGP na elaboração dos relatórios de avaliação das propostas técnicas apresentadas pelas consultoras/empresas e compilar, a partir dos elementos fornecidos, os documentos finais de encaminhamento ao Banco;
- preparar, analisar e tramitar a documentação de natureza legal do Programa, incluindo termos de referência, editais, contratos, termos aditivos, convênios e/ou termos de cooperação técnica, de acordo com as normas do BID e da legislação vigente;
- analisar e aprovar os instrumentos licitatórios e contratuais, bem como os termos de cooperação técnica e convênios;
- preparar e manter atualizados relatórios gerenciais e registros administrativos sobre o andamento dos processos licitatórios e sobre a execução dos contratos celebrados;
- apoiar a Auditoria Externa do Programa e prestar as informações necessárias aos órgãos de Controle Interno, Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos;
- elaborar pareceres técnicos em sua área de competência;

- elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Programa, em sua área de competência.

4.4. Gestão Ambiental e Social

A organização da gestão ambiental e social se baseia inicialmente por um quadro referencial que envolve a [Legislação](#), o [Marco de Políticas Ambiental e Social do BID](#) e os [Aspectos Institucionais](#) (incluindo os princípios e políticas de gestão da PML), alinhados com as especificidades de tipologia de obras, com impactos socioambientais e metas específicas. Os documentos específicos orientam a preparação, execução de projetos e obras foram preparados pelo Banco e consultores e entregues à PML. São eles:

- a. Avaliação Ambiental e Social ([AAS](#));
- b. Plano de Gestão Ambiental e Social ([PGAS](#)) da Amostra Representativa do Programa;
- c. Marco de Gestão Ambiental e Social ([MGAS](#)) para o conjunto de obras e intervenções não incluídos na Amostra Representativa; e
- d. Sistema de Gestão Ambiental e Social ([SGAS](#)), objeto deste texto, que rege o conjunto de diretrizes e procedimentos contidos nos documentos preparados

Assim, cumprindo com o MPAS e procedimentos específicos de licenciamento ambiental, o SGAS congrega procedimentos técnicos que devem estar documentados e devem ser seguidos pela gestão, buscando a efetividade da aplicação do marco de gestão do Programa. Tais procedimentos envolvem:

Na fase de PROJETO

- Avaliação preliminar ambiental e social do projeto;
- Classificação e triagem;
- Requisitos legais para o licenciamento;
- Identificação dos impactos ambientais e sociais;
- Definição de medidas mitigadoras;
- Definição clara das responsabilidades pelas atividades de mitigação e supervisão;
- Preparação do Plano de Gestão Ambiental e Social; e
- Preparação dos termos de referência de contratação.

Na fase de OBRAS

- Gestão e controle socioambiental através das medidas de mitigação do Plano de Gestão Ambiental e Social;
- Gestão dos requisitos de saúde e segurança do trabalho;
- Garantia das ações de comunicação e controle de queixas; e
- Treinamento e conscientização dos envolvidos.

Os procedimentos e instruções técnicas da fase de obras devem proporcionar a definição de medidas socioambientais para cada projeto, sendo os procedimentos previstos efetivamente checados por trabalhos de supervisão socioambiental de forma alinhada com as medidas de mitigação (vide documento **MGAS** que congrega os programas ambientais e sociais necessários para planejamento, execução, controle e gestão socioambiental do PDUOT). Nesse sentido, a supervisão socioambiental prevista deve ter caráter de orientação e, eventualmente, gerar sanções, e deve produzir documentação padronizada para compor os relatórios da gestão socioambiental e alimentar também seu processo de melhoria contínua.

De acordo às Diretrizes⁷ do MPAS (PDAS.1), que apoiam a aplicação do MPAS, cabe apontar que “a sofisticação e complexidade do SGAS (ESMS em inglês) e os recursos devotados devem ser proporcionais ao nível de riscos e impactos e adequados à natureza e escala do projeto. O ESMS deve permitir que o mutuário/Executor desenvolva um nível suficiente de compreensão dos riscos e impactos ambientais e sociais, inclusive riscos contextuais relevantes para assegurar a respectiva gestão em conformidade com os requisitos do ESMS”. Dessa forma, “o mutuário/Executor deve posicionar um ESMS no devido nível de gestão do projeto em sua estrutura organizacional dedicada à implementação do projeto. Quando os projetos consistem em várias obras...o ESMS pode ser um marco de gestão ambiental e social que sirva como um ESMS para múltiplos projetos.”

Considerando essas diretrizes e numa consideração final quanto a gestão ambiental e social, visualiza-se sequência lógica dos documentos Ambientais e Sociais como segue:

- Avaliação A&S com base na amostra do programa (**AAS**);
- Programas de Gestão A&S para os **projetos da amostra** (**PGAS**);
- Marco de Gestão A&S do PDUOT: Conjunto de Programas de Mitigação e Gestão A&S para **todas as intervenções do Programa** - **MGAS** → Regulamento Operacional para cumprir com os PDAS aplicáveis;

⁷ <https://www.iadb.org/em/mpas/guidelines> , GL16 e GL17, BID, setembro de 2021.

- Obras múltiplas em preparação: o **SGAS** se completa com o **MGAS**, aplicável para as intervenções e obras em preparação com projetos a definir, constituindo um único conjunto de diretrizes, requisitos e demais itens de cumprimento indicados; e
- Incorporados os sete pilares do sistema, o **MGAS + SGAS** compõem a gestão ambiental e social necessária.

V. Capacidades e Competências Organizativas

A responsabilidade pelo SGAS é da gestão do PDUOT, representada pela UGP e com apoio das equipes técnicas das Secretarias M. de Meio Ambiente, Assistência Social, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Desenvolvimento Urbano, do SAAE e equipe externa de apoio ao gerenciamento. Importante salientar que não cabe unicamente aos especialistas ambiental e social o cumprimento dos quesitos do SGAS e dos documentos socioambientais disponíveis para a Amostra Representativa, bem como a decisão de escolha dos documentos de avaliação e gestão socioambiental a serem requisitados para as intervenções com projetos não concluídos.

Como inserido no capítulo anterior (IV. C), a PML apresentou a configuração da UGP e as atribuições dos especialistas ambiental e social. A UGP deverá assegurar que todos os seus funcionários e as demais contratados possuam competência, com base em treinamento e experiência, para o desenvolvimento de atividades com potencial de causar impactos ambientais e sociais identificados no âmbito do Programa. A manutenção de um registro de treinamentos, de experiências e conscientização ambiental e social dos seus funcionários estará a cargo da UGP.

A UGP deverá identificar a necessidade de treinamento e, conseqüentemente, desenvolver processos de capacitação para os funcionários das instituições participantes do SGAS, para que estes adquiram consciência sobre as políticas e padrões de desempenho ambiental e social a serem cumpridos, e sobre os planos, projetos e as atividades a serem executados que possam gerar impactos sobre o meio ambiente e a sociedade. Nesse sentido, devem estabelecer e manter em dia os procedimentos de conscientização dos funcionários no que se refere aos seguintes aspectos:

- a importância do cumprimento das políticas ambientais e sociais, e dos programas estabelecidos no MGAS;
- os impactos socioambientais significativos e potenciais de suas atividades e os benefícios de um melhor comportamento profissional para o meio ambiente;
- a contribuição de cada funcionário para alcançar os objetivos do PDUOT;
- suas funções e responsabilidades no cumprimento da legislação, dos Padrões de desempenho A&S do BID e dos procedimentos ambientais do SGAS;

- os impactos socioambientais, reais e potenciais, associados ao PDUOT; e
- as consequências potenciais do não-cumprimento dos procedimentos e medidas de mitigação do MGAS.

As atividades de conscientização devem incluir reuniões periódicas, encontros e treinamento, além da distribuição de folders e fixação de cartazes, quando necessário. Todos os treinamentos e reuniões realizados no âmbito do SGAS e nas obras em andamento devem ser registrados em lista de presença.

Por outro lado, os responsáveis diretos pela implementação do SGAS devem demonstrar competência profissional adequada - educação, formação e experiência apropriadas. Caso contrário, deverá ser definida uma estratégia de formação progressiva para esses especialistas envolvidos com o SGAS, de forma que, no curto prazo, possam executar suas funções ambientais de maneira efetiva.

VI Prontidão e Resposta a Emergências

Mesmo em se tratando de obras em área urbana e parcialmente consolidada, existe a possibilidade de riscos frente a eventos extremos (enchentes) decorrentes das mudanças climáticas que podem afetar os projetos e resultados do PDUOT, em especial os parques lineares de proteção a APP. Essas ocorrências requerem medidas de gestão para reduzir vulnerabilidades e evitar danos e perdas materiais e humanas. Na área de intervenção do PDUOT a principal ameaça climática é a ocorrência de cheias decorrentes de fortes chuvas afetando o rio Doce e afluentes, bem como as lagoas urbanas de Linhares.

Portanto, a estratégia de prontidão e resposta a emergências deve abordar duas dimensões: (i) procedimentos para manejo e resposta a emergências e contingências associadas às obras e circunstâncias acidentais; e (ii) desenvolvimento e implantação de um Sistema de Alerta contra enchentes e zoneamento de áreas inundáveis.

Obras civis

Para obras em geral os procedimentos de emergência são previstos em lei e devem fazer parte do planejamento da obra, sendo de extrema importância, sobretudo em locais distantes, perigosos ou com grande concentração trabalhadores e pessoas nas proximidades.

Dessa forma, para garantir a segurança dos trabalhadores e da comunidade das áreas de influência das intervenções do Programa, as obras deverão contar com procedimentos de segurança e deverão ser tomadas medidas de precaução e orientação para a equipe envolvida. O **Anexo 2** apresenta os procedimentos de segurança e emergência para obras que deve ser incorporado ao conjunto de medidas e procedimentos de saúde e segurança do trabalhador e comunidade. A implantação dos

procedimentos de emergência para as obras é de responsabilidade das empresas construtoras e supervisoras das obras, sob a supervisão e controle da UGP.

Sistema de alerta contra enchentes e zoneamento de áreas inundáveis

Consiste num programa de previsão de enchentes com a finalidade de reduzir os prejuízos gerados na ocorrência desse fenômeno, utilizando-se a modelagem matemática como um dos procedimentos metodológicos para simulação e previsão deste evento hidrológico. A partir do alerta da iminência de uma enchente, com sua cota máxima de alcance pré-determinada, em casos extremos, a população a ser atingida pode ser removida das áreas inundáveis com antecedência, reduzindo os prejuízos com perdas materiais. Para tanto, deve ser construído um zoneamento de áreas inundáveis e plano de contingência associado a às áreas de risco.

O desenvolvimento do Plano de Prontidão e Resposta a Emergências será de responsabilidade da UGP e os responsáveis pela sua implantação serão definidos posteriormente segundo o desenho do Plano final.

VII Divulgação, Disseminação de Informação e Comunicação Externa

A UGP deverá apresentar o SGAS a todos os órgãos envolvidos na execução do PDUOT, destacando a responsabilidade de cada participante na sua implementação, logo após a assinatura do Contrato de Empréstimo e antes do início material do Programa.

A UGP deverá ressaltar que os aspectos sociais e ambientais são partes indissociáveis do Programa, estando, portanto, inseridos em todas as suas etapas: planejamento, projeto, execução, operação e conservação. Dessa forma, o SGAS transfere para todos os envolvidos com o Programa, técnicos, engenheiros e administradores, tanto da UGP como das Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e de Ordenamento Urbano, assim como do SAAE, além das empresas provedoras e construtoras, a responsabilidade pela qualidade socioambiental do PDUOT.

A UGP deverá estabelecer as diversas formas eficazes de comunicação interna, visando o envolvimento direto dos gerentes, especialistas e técnicos envolvidos com a execução do PDUOT e com o SGAS, tais como:

- Sistema de gerenciamento do Programa;
- Murais dos escritórios da UGP, dos sub-executores, e das empresas construtoras;
- Reuniões com as equipes; e
- Correspondências formais.

Além disso, a UGP deverá estabelecer as formas de comunicação externa com a comunidade beneficiária pelo Programa de maneira eficaz, como por exemplo:

- Equipe social lotada em escritório com acesso amplamente conhecido;

- Canais de comunicação (ouvidoria, atendimento telefônico para o esclarecimento de dúvidas e outros, se necessário);
- Divulgação do MQR em comunicações institucionais do Executor e demais instituições envolvidas na execução do PDUOT; e
- Folders e painéis de informação sobre as atividades do Programa que interferem diretamente com a comunidade, sobretudo na fase de implantação de obras.

VIII. Monitoramento e Avaliação

8.1. Procedimentos de Monitoramento

De acordo com informações da PML, os procedimentos de acompanhamento ambiental e social são compartimentados nas secretarias respectivas – SEMAM e SEMAS. Atualmente a ferramenta disponível para monitoramento específico de ações que impactam o meio ambiente está contida no SISLAM – Sistema de Licenciamento Ambiental Municipal, que armazena esse acompanhamento ao longo do processo. Nesse cenário, apenas empreendimentos e atividades que requerem licenciamento podem ser acompanhados pela SEMAM.

As políticas e ações sociais sob a gestão da SEMAS são acompanhadas por meio de instrumentos de controle: (a) RMA - Relatório Mensal de Atendimento e (b) SISC - Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A SEMAS realiza reuniões mensais com equipes de todos os serviços socioassistenciais para identificação de demandas de cada território, fazendo a gestão desses serviços a partir dos dados obtidos.

Considerando os instrumentos existentes é possível afirmar que a aplicação do MPAS no Programa, em especial do PDAS 1/SGAS, gera oportunidade de incremento ao monitoramento socioambiental implantado pela administração municipal, em termos de recursos técnicos, fortalecimento institucional e equalização de informações entre os gestores. Dessa forma, os instrumentos de monitoramento ou avaliação já implantados seriam acrescidos com o que está previsto nos programas socioambientais que compõem o PGAS. Importante ressaltar que a gestão socioambiental do Programa implica em interdisciplinaridade e diferentes atores, indicados na UGP e por ela coordenados.

Caberá à UGP coordenar o monitoramento e avaliação das obras e intervenções do Programa, tal como previsto no PGAS, e incorporar os resultados ao Relatório Semestral de Progresso apresentado pelo Executor. De acordo à proposta inicial da PML, a UGP coordenará as atividades e relatórios derivados do monitoramento socioambiental, que será executado por empresa de apoio técnico especializado. A fim de assegurar os resultados esperados desse monitoramento, caberá à UGP garantir, previamente e na licitação de contrato, que a empresa de apoio conheça e incorpore a seus serviços o

previsto como conteúdo do monitoramento, atividades por tipo de obra ou intervenção, periodicidade de entrega dos resultados, em cumprimento ao PDAS.1 SGAS.

8.2. Inspeções socioambientais

Da mesma forma como previsto para o monitoramento, a UGP definirá os responsáveis pelo conteúdo e formato de relatório das inspeções, número de participantes e sua identificação: caberá à UCGP incluir a participação de representantes do público afetado pelas obras e das partes interessadas no desenvolvimento das obras e ações do PDUOT.

8.3. Avaliação do Desempenho e Melhoria Contínua

O desempenho socioambiental do PDUOT será avaliado pela UGP semestralmente com a participação dos atores do Programa, de acordo com o desenvolvimento das atividades e o andamento das intervenções. Os principais objetivos desta análise são assegurar a contínua adequação e eficácia da gestão socioambiental e identificar oportunidades de melhoria.

Os seguintes itens deverão ser analisados:

- resultado das inspeções ambientais;
- desempenho ambiental do Programa das metas e dos seus indicadores, se for o caso;
- adequação dos recursos disponibilizados;
- resultados das avaliações dos requisitos legais e dos padrões de desempenho do MPAS – BID;
- comunicações feitas às partes interessadas;
- ações preventivas e corretivas adotadas;
- ações decorrentes de reuniões anteriores;
- mudanças que possam afetar a implementação dos programas de gestão socioambientais, inclusive legais; e
- proposição de melhorias.

A análise de desempenho da UGP fornecerá os subsídios para a tomada de todas as decisões e ações necessárias à melhoria da eficácia socioambiental do Programa, incluindo o ajustes de recursos necessários. Os resultados da análise devem ser sintetizados em um Relatório de Desempenho Ambiental, a ser encaminhado ao BID.

ANEXO 1

Plano de Consultas e Participação das Partes Interessadas - PPPI

Considerações

A divulgação de informações sobre o Programa e o espaço de participação de todos é o objetivo do PDAS.10. Essa participação deve ser realizada num processo continuado de consultas e participação pública, com atores diversos fornecendo informações e providenciando respostas. Além, do plano de consultas, entra em atuação o Mecanismo de Resolução de Queixas – MRQ no bojo das ferramentas de gestão socioambiental do PDUOT.

A. PPPI - Consultas Significativas

A introdução do conceito de consulta significativa⁸ visa “ser uma contribuição ao processo de tomada de decisões, e as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições”. Cabe ao Executor guiar-se pelos elementos da consulta às partes interessadas que compõem o ciclo padrão de todos os projetos que envolvem intervenções e obras financiadas pelo BID. Para organizar o processo de consulta pública o Executor deve adotar os critérios identificados a seguir:

- A linguagem escrita deve ser simples e direta (linguagem jornalística), evitando ao máximo o uso de termos técnicos e explicando-os quanto forem indispensáveis;
- Outras linguagens devem ser utilizadas, como vídeos, animações, apresentação oral de temas, sempre considerando o público não leitor;
- Deverão ser apresentados exemplos didáticos (desenhos, fotos, animações) de forma a transmitir à população a realidade do que significam as intervenções propostas em cada Componente;
- Qualquer atendimento a solicitações/reclamações da população deverá ser feito com zelo e empatia, para o devido entendimento da demanda. Atenção especial deverá ser dada aos idosos, portadores de necessidades especiais e ao público não leitor; e
- As informações transmitidas ao público, independente do meio, devem ser simples, claras e transparentes.

O PDUOT é um programa de obras e atividades múltiplas e, como tal, a maior parte das obras e intervenções será detalhada durante a execução do Programa. Neste sentido, será realizada Consulta Pública durante a preparação, considerando uma amostra representativa de projetos e obras. Nas etapas subsequentes de implantação do

⁸Consulta Significativa às partes interessadas, BID- ESG, 2017 - <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Consulta-significativa-%C3%A0s-partes-interessadas.pdf>

Programa as diretrizes de atuação do Executor estão contidas neste capítulo do SGAS, conforme estabelece o PDAS.10. Cabe ao Executor a responsabilidade de providenciar a divulgação de obras e intervenções e dos estudos ambientais elaborados, em consultas públicas adequadas ao público-alvo do Projeto/Programa.

O Plano de Consultas estabelece a forma e conteúdo mínimo para a divulgação do Programa junto ao público-alvo e demais interessados. As intervenções do PDUOT serão implantadas em diversos bairros de Linhares, em momentos distintos e as consultas devem ser adaptadas de acordo com essa realidade. Busca, também, atender às diretrizes do PDAS.10, considerando: i) a extensão territorial da área de abrangência do Programa; ii) e a implantação de um Mecanismo de Resolução de Queixas de fácil acesso e pronta resposta junto à UGP.

Objetivo

O objetivo deste Plano é estabelecer um canal de comunicação junto à população afetada e/ou beneficiada pelas intervenções e obras do Programa, construindo um processo de troca de informações que possibilite ao Executor – SEMOB e demais instituições: (i) conhecer os projetos das intervenções e as medidas de gestão socioambiental detalhados durante sua execução; (ii) mapear e interagir com as lideranças e associações estabelecidas nas áreas objeto de intervenção; e (iii) identificar particularidades de gênero, PcD, idosos e pessoas LGBTQIA+ e suas demandas em relação ao Programa. Espera-se que as consultas ampliem a comunicação ao público em geral, setores produtivos, instituições públicas e privadas. Este diálogo deverá atender, com documentação e meios de comunicação específicos, os deferentes bairros e regiões da cidade, destacando as intervenções e propostas distribuídas no território de abrangência do Programa.

Execução

A realização das consultas ficará a cargo da SEMOB/UGP, que mobilizará lideranças, associações, conselhos e demais agentes como articuladores das partes interessadas. As outras instituições serão partícipes na montagem e realização das consultas, como SEMAR, SAS, SMOU, SEMAR e SAEE, de acordo ao esquema de gestão do Programa. Serão consideradas as diferenças de oportunidades baseadas em gênero e os impactos socioambientais que integram a Estratégia de Promoção de Equidade de Gênero deste SGAS.

O Processo de Consulta

A partir da identificação dos principais intervenientes, a consulta pública deve prover a divulgação, informação e sensibilização de forma ampla junto das comunidades, visando uma efetiva apropriação do projeto pelos principais beneficiários e pela população em geral, envolvendo as diversas instituições responsáveis a nível municipal.

Dessa forma, e em cumprimento com as diretrizes dos PDAS, será garantida e comprovada a participação ampla das comunidades abrangidas pelos projetos,

proporcionando oportunidades de participação de população na área de incidência do Programa.

Os convites devem incluir obrigatoriamente as ONGs atuantes na área de abrangência das intervenções, associações setoriais, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, para discutir os projetos e o SGAS que assegura a viabilidade ambiental e social do PDUOT. Ressalta-se que tais consultas deverão ocorrer independentemente de exigência ou não de audiência pública pelo órgão estadual ou municipal de meio ambiente, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, de acordo com as normas vigentes.

O Executor garantirá que as atividades de consulta sejam inclusivas e culturalmente apropriadas e que grupos vulneráveis sejam beneficiados. Poderão ser utilizados meios de comunicação por rádio e mídia local (rádio, TV, mensagens de celular em grupos de WhatsApp) para informar e consultar a população e os grupos-alvo. Igualmente devem ser utilizados os sites institucionais disponíveis, como segue:

<https://linhares.es.gov.br/secretaria-municipal-de-obras-e-servicos-urbanos/>
<https://linhares.es.gov.br/secretaria-municipal-de-meio-ambiente-e-recursos-hidricos-naturais/>
<https://linhares.es.gov.br/secretaria-municipal-de-assistencia-social/>
<https://linhares.es.gov.br/secretaria-municipal-de-desenvolvimento-urbano/>

Roteiro de Preparação e Execução do Plano de Consultas

Abrangência

Durante a execução da operação, o Executor deve considerar a experiência da administração municipal em comunicação para processos participativos; abertura e manutenção de link específico para o PDUOT no site das Secretarias, que possibilite a consulta aos documentos de projeto das intervenções e os documentos socioambientais pertinentes (AAS/PGAS, MGAS e este SGAS).

Durante as rodadas de consulta, as informações disponibilizadas na Internet deverão abordar os componentes do Programa e os impactos socioambientais benéficos e adversos das obras do Programa, além de aspectos específicos que sejam relevantes na discussão com determinada comunidade. O Executor deve dar prioridade à atualização do link/aba do PDUOT, informando os resultados de cada consulta e a previsão de realização das reuniões subsequentes, por território.

Identificação das Questões Prioritárias

- Alcance a suporte técnico para as pessoas que necessitam de orientação ao acesso às plataformas virtuais (Facebook, Youtube, WhatsApp etc.) – público feminino, PcD, idosos e pessoas LGBTQIA+ que tenha dificuldade no acesso a ferramentas de comunicação a partir de suas moradias;

- Ampliar os tempos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo as mulheres participarem das consultas;
- Verificar se as representações locais incorporam a representação por gênero, a fim de garantir a amplitude das demandas das mulheres e seus anseios e sugestões que contribuam com o desenho proposto no Programa. A experiência em programas semelhantes identificou que, na mobilização das comunidades: (i) haja convite dirigido diretamente às mulheres em linguagem simples e apropriada para aumentar a sua participação e engajamento; e (ii) os mobilizadores sejam das próprias comunidades e tenham a confiança das mulheres locais; e
- Analisar a estatística de participação feminina e masculina resultado da 1ª Consulta Pública previamente a realização de novas rodadas de consulta. Caso haja diferenças significativas, deve-se promover ações que ampliem o equilíbrio participativo em consultas subsequentes incrementando os convites e garantia logística da presença de mulheres e jovens, com maior mobilização de equipe de apoio da UCP para as reuniões e alternativas de participação mais inclusivas.

Identificação e Análise dos Atores e Partes Interessadas

Cabe ao Executor, utilizando-se dos recursos existentes de comunicação social e dados oficiais disponíveis, proceder à identificação das partes interessadas, considerando:

- O interesse de indivíduos ou grupos na implantação do Programa, correlacionando potenciais impactos negativos e benefícios associados;
- Caracterização breve por grupo identificado – setores produtivos, lideranças comunitárias, instituições e conselhos de classe etc.;
- O Executor deverá dar especial atenção ao conteúdo das respostas aos questionamentos feitos pelo público, considerando:
- Ajustes que podem e serão incorporados ao Programa;
- Justificativa técnica e em linguagem didática quando as observações não forem incorporadas. Com base na experiência da 1ª. Consulta Pública e de outras em projetos semelhantes, elaborar metodologia ajustada para as consultas subsequentes durante a implantação do Programa;
- Considerando a experiência da 1ª. Consulta, organizar espacialmente e com as ferramentas necessárias para participação, os encontros necessários para atingir os diferentes grupos de partes interessadas ao longo da implementação do projeto, como aqui previsto no Plano de Engajamento das Partes Interessadas;

- Identificação de participantes (institucionais, organizações da sociedade civil e lideranças locais); e
- UGP/SEMOB e representantes de estruturas que participam do Programa.

Organização da Consulta

Verificação da experiência em divulgação e consulta na instituição Executora e demais instituições. Na página web da PML, abas específicas por Secretaria, deverão ser fornecidos os enlaces/links para o acesso aos documentos de projeto e socioambientais, facilitando o acesso e consulta seguindo as diretrizes aqui identificadas e considerando os aspectos apresentados a seguir.

É obrigação do Executor do Programa:

- Identificar locais públicos com fácil acesso ao transporte coletivo e próximo das comunidades afetadas e partes interessadas. Recomenda-se que a PML/SEMOB/UGP realize reuniões presenciais e acessíveis também online, no entorno e/ou proximidades das obras: (i) do trecho da AR da Avenida Interbairros; (ii) dos Parques da Lagoa do Testa, e da Lagoa do Meio; e da (ii) ETE e EEE a serem construídas. Como é usual em processos de consulta e divulgação em conformidade com o PDAS.5 em projetos semelhantes, estruturas de escolas ou CRAS existentes oferecem os requisitos necessários para a realização das reuniões.
- Preparar uma exposição para a consulta pública que identifique os Componentes do Programa, estudos ambientais que eventualmente sejam solicitados para obras específicas, o MGAS e este SGAS. Esse material também deve ser divulgado no site das Secretarias Municipais e disponibilizado também em meio físico para acesso fácil na sede da PML;
- Prover um responsável para preparar o relatório resumo da consulta, documentando todo o processo, incluindo lista de participantes, perguntas e respostas, sugestões, print-screen etc. Este deve conhecer o Programa e os projetos de forma a sintetizar eventuais discussões e questões levantadas pelos participantes. Tais questões poderão ser usadas para complementar o MGAS e SGAS;
- Divulgar os eventos, com a antecedência necessária, em meios de comunicação oficiais e de mídia comercial acessível ao público-alvo das intervenções;
- Preparar e apresentar no período da consulta os projetos em linguagem acessível ao público em geral, com peças de texto, mapas, fotos e figuras que os ilustrem e sua fase de preparação; e
- Responder as questões relativas aos projetos do Programa que sejam apresentadas pelo público durante a consulta.

É obrigação da equipe de preparação dos projetos e seus relatórios socioambientais:

- Apoiar o Executor na organização da consulta, explicitando os principais impactos socioambientais das obras e respectivas medidas mitigadoras reunidas, de acordo com o SGAS;
- Prover esses documentos com antecedência, para que possam ser colocados à disposição do público em meio físico e eletrônico; e
- Incorporar, sempre que possível e viável tecnicamente, as questões apresentadas, nos documentos de análise ambiental e de gestão relacionados aos projetos em pauta.

Para a realização de consultas também disponível em formato virtual deverão ser utilizados sistemas de transmissão, apresentação e participação por meio da internet, levando em conta que o uso deste recurso deve propiciar a participação comunitária de forma inclusiva. Executores de outros projetos financiados junto ao BID tem utilizado a plataforma Youtube para transmissões de eventos. Como outras opções de uso de plataformas online por meio da Internet, são sugeridas:

- Redes Sociais - Facebook, Instagram;
- Chamadas e reuniões virtuais por Zoom ou MSTEams; e
- Ferramentas para Webinar.

Fica a critério do Executor o uso da comunicação que melhor servir aos propósitos da consulta. Os vídeos a serem eventualmente gravados deverão utilizar linguagem simples e de curta duração, visando garantir o interesse do público. Quando for necessário, podem ser gravados vídeos por tema específico para facilitar o entendimento do público. Podem ser utilizados recursos de animação e gráfica, de forma a possibilitar um conteúdo didático.

Chamamento e Mobilização

Tomando em conta o cenário pandêmico (mesmo considerando o avanço atual na interrupção do distanciamento social), toda comunicação envolvendo atividades de mobilização da comunidade, transmissão da Consulta Pública, disseminação de dados, coleta de informações e de manifestações das partes interessadas, e atendimento aos questionamentos deve incluir ferramentas tecnológicas para comunicação remota.

No período da divulgação e chamamento, o Executor proverá um canal de contribuições online para manifestação dos interessados. Esse canal deve estar vinculado ao link da consulta que for criado na SEMOB/UGP. O site informará sobre o canal de captação de demandas dos interessados, solicitando uma identificação prévia do participante, não obrigatória, mas que facilita responder a questões de cada um.

Os meios de transmissão e de comunicação remota previstos - Facebook, Instagram e Youtube - serão utilizados para as seguintes atividades:

- Divulgação da consulta na rede social do Executor com publicação no feed de notícias;

- Atuar como principais meios de transmissão da consulta e manifestação dos participantes;
- Receber manifestações feitas através das páginas Facebook ou Instagram, do canal do YouTube, pelo e-mail disponibilizado pelo Executor e por um número de WhatsApp que estará disponível durante o tempo das apresentações, por mensagens que serão gerenciadas por mediadores. O objetivo não é responder a todos os comentários em tempo real, mas sim, compilar as questões e dúvidas manifestadas durante as apresentações ao vivo ou acessadas posteriormente pelos interessados;
- Os participantes da consulta pública serão incentivados a realizar um breve cadastro, mas sua participação na consulta não pode ser condicionada se houver recusa; e
- Qualquer pessoa poderá assistir o evento, mesmo não possuindo perfil ou cadastro na rede social ou canais de transmissão utilizados, sendo necessário apenas ter um aparelho com sistema de telecomunicação remota (computador, aparelhos celulares etc.), browser e acesso à internet.

Recursos Tecnológicos para Comunicação Remota

O convite para os eventos será publicado nos sites da PML, SEMOB e demais instituições intervenientes com antecedência sugerida de sete (07) dias da data dos eventos. Serão identificadas lideranças, órgãos e entidades locais através de convites diretos, por meio de comunicação remoto (via telefone, redes sociais, WhatsApp e e-mails) convidando os interessados a se inscreverem previamente nos sites onde receberão um link para acessar os eventos. Este mesmo link será divulgado em todas as mídias de comunicação (nas páginas institucionais) para que qualquer interessado possa acessar o evento, mesmo que não convidado diretamente.

Anteriormente ao início das consultas deve ser feito um esforço de chamamento para a participação, identificando o interesse das partes que se inscreveram previamente no cadastro do site e das lideranças representativas conhecidas.

Relatório de Consulta Pública

Ao Executor cabe elaborar Relatório de cada consulta realizada, contemplando: apresentações do Projeto e dos estudos socioambientais; registro de participação com lista de presença, fotos, vídeos, as dúvidas e questões do público assistente e as respostas do Programa às mesmas. Essas respostas podem requerer mais tempo para serem elaboradas, se houver necessidade de busca de dados de projeto e, nesse caso, a resposta inicial deve apontar esse fato. De toda forma, cada intervenção do público deverá ser respondida e os registros serão incorporados aos arquivos do Mecanismo de Recepção e Resolução de Queixas, onde poderão ser classificadas por tipo e tema de interesse. Identificar, por contagem ou lista de presença, a participação de mulheres, PcD e representantes de grupos minoritários por autodeclaração. O Executor enviará os relatórios para ciência e consideração da equipe técnica do Programa no Banco.

B Mecanismo de Resolução de Queixas - MRQ

De acordo ao marco de políticas ambientais e sociais do Banco, o Mecanismo deve integrar o sistema de gestão ambiental e social do Programa, que será coordenado pela UGP. O mecanismo não é um local de atendimento, mas sim, o instrumento de gestão do contato entre a população e o Programa. Como tal, deve ser divulgado de forma perene pelo Executor, em rotinas de comunicação institucional, por meio da UGP, das outras instituições participantes da execução do PDUOT e meios de comunicação oficial da PML. Outras condições devem ser atendidas na implantação do MRQ:

- Ser projetado considerando também as recomendações das partes interessadas;
- Ser acessível com facilidade e divulgado entre as partes afetadas, com múltiplas ferramentas efetivas de acesso – atendimento pessoal, por e-mail, site, WhatsApp, número 0800, entre outros;
- Ter mandato e autoridade para tratar e resolver as preocupações levantadas pelas partes interessadas e contribuir nas decisões para concepção e implementação das intervenções do Programa.

Os profissionais envolvidos no atendimento à população – da UGP ou terceirizados - deverão estar devidamente capacitados para (i) atendimento ao público, esclarecendo as dúvidas ou direcionando as questões, e (ii) registro e encaminhamento de demandas mais complexas para as áreas competentes.

O formato indicado para o MRQ do PDUOT, que incorpore os atendimentos já implantados pela PML, é criar procedimento que direcione para a UGP as solicitações referentes ao Programa feitas nas ouvidorias de cada instituição participante. Dessa forma a UGP/SEMOB receberia todas as demandas e aplicaria processo unificado de respostas, cumprindo com o disposto no PDAS 10.

Para tanto, a recepção de queixas ou dúvidas em cada canal de atendimento deverá ser cadastrada e direcionada para os profissionais responsáveis pelo MRQ/UGP. É importante que sejam estabelecidos protocolos para o tempo máximo de resposta e que essas sejam efetivas. O registro das queixas recebidas e das respostas até o seu atendimento completo deverão ser acompanhados e contar com a ciência do reclamante por escrito. Com esses registros será possível categorizar as queixas mais frequentes e produzir respostas rápidas e padronizadas, acionando a estrutura de gestão social e ambiental existente na equipe da UGP. A estrutura do MQR deve contar com o seguinte arranjo institucional:

Ouvidorias institucionais: – com designação de 01 profissional receptor das demandas relacionadas ao PDUOT, encarregado da coleta e envio ao MQR/UGP



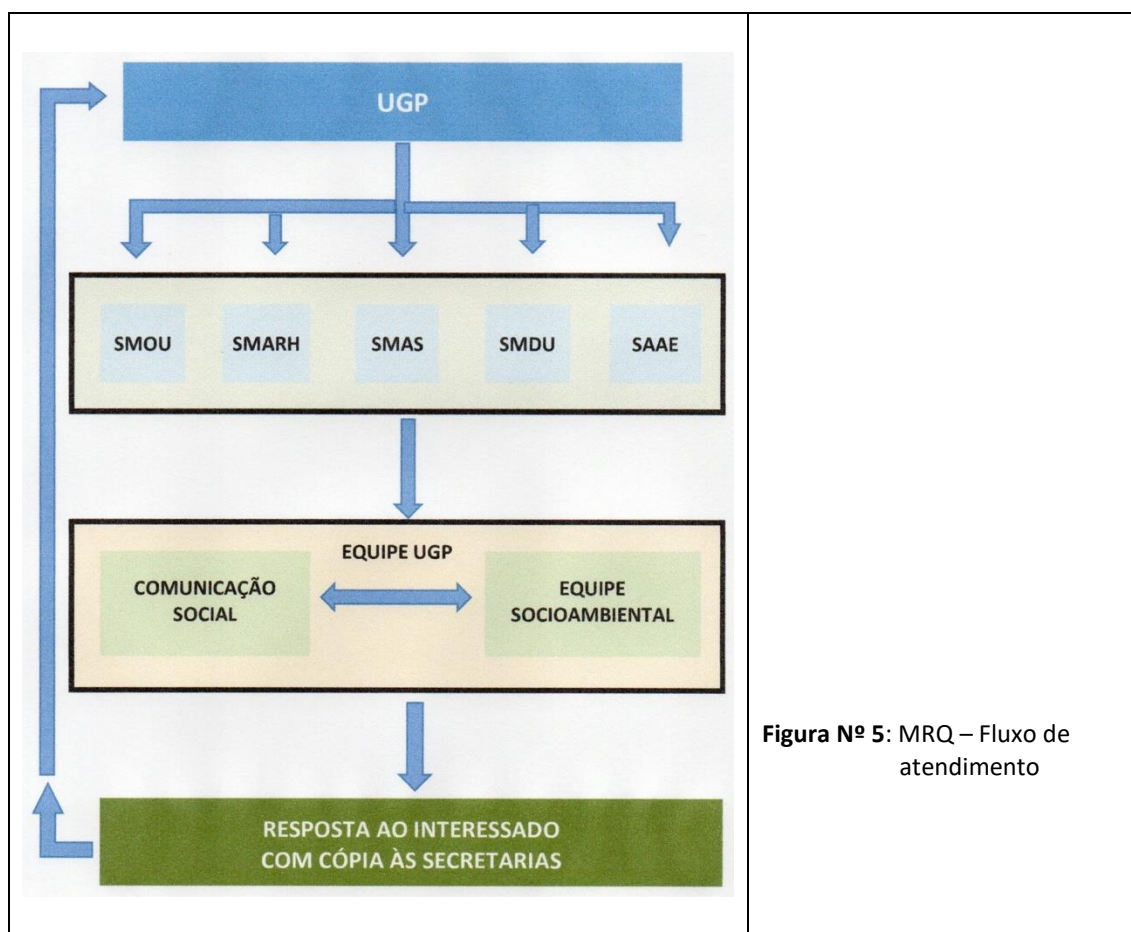
MRQ/UGP: recebe as demandas encaminhadas setoriais, com 01 profissional dedicado ao tema.



MRQ/UGP:

- Aciona construtoras, outras secretarias de governo, instituições não governamentais para obtenção de respostas adequadas;
- Elabora e encaminha respostas diretamente ao demandante e à ouvidoria setorial onde foi acolhida a demanda inicial
- Sistematiza e tipifica as demandas recorrentes e propõe encaminhamentos a serem integrados em consultas públicas subsequentes.

A Figura Nº 5 ilustra o fluxo de encaminhamento e responsabilidades associadas a cada etapa de acolhimento e resposta efetiva às partes interessadas.



Além da UGP, as instituições da PML envolvidas no processo de acolhimento e resposta no MRQ são acessíveis on-line, vide links em A. Plano de Consultas.

ANEXO 2

MARCO DE POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BID - MPAS

O MPAS define dez Padrões de Desempenho Ambiental e Social – PDAS específicos, para evitar, minimizar, reduzir, ou mitigar impactos e riscos ambientais e sociais adversos dos projetos financiados pelo BID. Esses PDAS descrevem os requisitos que o GEPI, por meio dos órgãos coexecutores, deve atender no desenvolvimento e implementação dos projetos financiados pelo PDUOT. São eles:

PDAS 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais;

PDAS 2: Mão de Obra e Condições de Trabalho;

PDAS 3: Eficiência de Recursos e Prevenção de Poluição;

PDAS 4: Saúde e Segurança da Comunidade;

PDAS 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário;

PDAS 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos;

PDAS 7: Populações Indígenas;

PDAS 8: Patrimônio Cultural;

PDAS 9: Igualdade de Gênero; e

PDAS 10: Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

O **PDAS 1** – Avaliação e gestão de riscos e impactos ambientais e sociais – e o **PDAS 10** – Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações – compreendem as principais **diretrizes do processo**, que descrevem como o desempenho ambiental e social de um projeto deve ser gerenciado durante todo o seu ciclo de vida, começando com as fases de concepção, construção, comissionamento, operação, desmobilização, encerramento e, conforme o caso, pós-encerramento. Já os demais **PDAS 2 a 9** abordam as **questões temáticas do que fazer**.

PDAS 1: AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Este PDAS estabelece os preceitos para conduzir o processo de avaliação ambiental e social e a gestão dos riscos e impactos e para estabelecer um Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS - a ser implantado e gerenciado pelo mutuário durante todo o ciclo de vida do Programa.

Especificamente, o PDAS 1 define diretrizes para: (i) Identificar e avaliar riscos e impactos ambientais e sociais do projeto; (ii) Adotar uma hierarquia de mitigação e uma abordagem cautelosa para antecipar e evitar impactos adversos sobre trabalhadores, comunidades e meio ambiente. Onde não for possível evitar, minimizar e, onde permanecerem os impactos residuais, compensar os riscos e impactos, conforme apropriado; (iii) Promover melhor desempenho ambiental e social por meio do uso eficaz de sistemas de gestão; (iv) Garantir que as queixas das pessoas afetadas pelo projeto e as comunicações externas de outras partes interessadas sejam respondidas e gerenciadas adequadamente; e (v) Promover e fornecer meios para o envolvimento adequado com as pessoas afetadas pelo projeto e outras partes interessadas ao longo do ciclo do projeto, em questões que possam potencialmente afetá-las, e garantir que as informações ambientais e sociais relevantes sejam divulgadas e disseminadas

O processo de AIA dos riscos e impactos ambientais e sociais devem incluir aqueles relacionados aos direitos humanos, gênero e riscos naturais e mudança climática, complementando a avaliação com estudos adicionais específicos, quando necessário. O SGAS incorpora os seguintes elementos: i) estrutura específica ao projeto ambiental e social; ii) identificação de riscos e impactos; iii) programas de gestão; iv) capacidade e competência organizacional; v) preparação e resposta a emergências; vi) engajamento de partes interessadas; e vii) monitoramento e avaliação.

O SGAS deverá conter ao menos os seguintes elementos: i) procedimentos de identificação dos riscos e impactos socioambientais para todos os tipos de intervenções; ii) os programas de controle e mitigação de impactos específicos para cada tipo de intervenção do PDUOT; iii) definição dos modelos de gestão, funções e responsabilidades, de acordo com a capacidade e competência organizacional de cada órgão executor; iv) programas de resposta a emergências; v) planos de engajamento de partes interessadas; e vi) procedimento para monitoramento, revisão e avaliação do desempenho ambiental e social do Programa. Além disso, o SGAS deverá definir os requisitos de análise, licenciamento e autorizações a serem cumpridos para os distintos tipos de atividades e intervenções financiadas no PDUOT em conformidade com a legislação ambiental e social vigente. O MPAS e suas Diretrizes detalham os preceitos e orientações sobre cada um desses elementos.

PDAS 2: MÃO DE OBRA E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Este padrão estabelece os requisitos e exigências de saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores envolvidos com a execução dos projetos como abordagem sistemática para melhorar a gestão dos riscos e impactos relacionados com a mão de obra e condições de trabalho identificados durante o processo de AAS. Estes requisitos são guiados em parte, por várias convenções e instrumentos internacionais, incluindo os da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de assegurar o respeito e proteção dos direitos e princípios fundamentais dos trabalhadores, prevenir o trabalho infantil e trabalho forçado, e assegurar os meios necessários e efetivos de levantar e abordar preocupações de trabalho, entre outros aspectos:

PDAS 3: EFICIÊNCIA DE RECURSOS E PREVENÇÃO DE POLUIÇÃO

Descreve os requisitos para a gestão dos recursos ambientais e a prevenção e controle da poluição, com o objetivo de evitar ou minimizar os impactos adversos sobre a saúde humana e o meio ambiente, promover o uso mais sustentável dos recursos, reduzir ou evitar as emissões de GEE relacionadas ao projeto e minimizar os riscos e impactos associados ao uso de agrotóxicos. Como exigências, deverão ser consideradas as condições ambientais e aplicados os princípios e viabilidades técnicas viáveis técnica e financeiramente em termos de eficiência de recursos e prevenção de poluição que sejam mais adequados para evitar ou, quando não for possível, minimizar os impactos adversos à saúde humana e ao meio ambiente. Os princípios e técnicas aplicados durante o ciclo de vida do projeto serão adaptados aos perigos e riscos associados à natureza do projeto e consistentes com as boas práticas internacionais da indústria (GIIP), conforme refletidas em várias fontes internacionalmente reconhecidas, incluindo as Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (EHS) do Grupo Banco Mundial.

PDAS 4: SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE

Estabelece os requisitos para identificar e mitigar a potencial exposição da comunidade a riscos e impactos causados pelo projeto, incluindo aqueles causados por desastres naturais e

mudanças climáticas. Objetiva antecipar e evitar impactos adversos na saúde e segurança das pessoas afetadas em circunstâncias rotineiras e não rotineiras pelo projeto durante o ciclo de vida do projeto; garantir a salvaguarda de pessoas e propriedades em consonância com os princípios de direitos humanos e evitar impactos adversos sobre o projeto em si, por conta de desastres naturais e mudanças climáticas durante a vida do projeto.

PDAS 5: AQUISIÇÃO DE TERRA E REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO

Este padrão aborda os potenciais impactos da aquisição de terras relacionada ao projeto, incluindo as restrições ao uso da terra e acesso aos seus ativos e recursos, o que pode causar descolamento físico (realocação, perda de terreno residencial ou perda de abrigo) e/ou deslocamento econômico (perda de terreno, bens ou acesso a bens, incluindo aqueles que levam à perda de fontes de renda ou outros meios de subsistência). Os princípios que regem este PDAS envolvem: evitar ou minimizar o deslocamento; evitar relocação forçada; antecipar, evitar ou minimizar os impactos adversos da aquisição, aplicando medidas de compensação, redução de interrupção de serviços, e assegurando a divulgação, participação e consulta informada das pessoas afetadas; melhorar ou restaurar os meios de subsistência e os padrões de vida das pessoas deslocadas; e proporcionar os meios para melhorar as condições de vida das pessoas fisicamente deslocadas. Nesse contexto, os projetos com impactos sociais potenciais adversos significativos quanto a este PDAS, ou seja, que exigem reassentamento involuntário de comunidades beneficiárias do Programa, **não serão elegíveis** para financiamento.

PDAS 6: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS VIVOS

Estabelece as diretrizes e os requisitos de proteção e conservação da biodiversidade, manutenção dos serviços ecossistêmicos, restrição e controle de espécies exóticas invasoras, e de gestão sustentável dos recursos naturais vivos, guiados pela Convenção Mundial sobre Diversidade Biológica.

Com base no processo de identificação de riscos e impactos, os requisitos deste PDAS são aplicados a projetos (i) localizados em habitats modificados, naturais e críticos; (ii) que potencialmente impactam ou dependem de serviços ecossistêmicos sobre os quais o mutuário tenha controle direto da administração ou influência significativa; ou (iii) que incluam a produção de recursos naturais vivos (por exemplo, agricultura, pecuária, pesca e silvicultura). Tomando em conta essas diretrizes, **não serão financiadas** obras ou atividades que envolvem conversão e/ou degradação em habitats naturais críticos ou impactos ambientais significativos, irreversíveis e sem precedentes sobre habitats naturais e os serviços ecossistêmicos que prestam, bem como atividades que envolvem introdução de novas espécies exóticas ainda não estabelecidas nos biomas Caatinga e Cerrado.

PDAS 7: POVOS INDÍGENAS (E COMUNIDADES TRADICIONAIS)

Este Padrão de Desempenho objetiva: garantir o pleno respeito pelos direitos humanos, direitos coletivos, dignidade, aspirações, cultura e meios de subsistência baseados nos recursos naturais dos Povos Indígenas; antecipar e evitar impactos adversos de projetos em comunidades de Povos Indígenas, ou quando inevitáveis, minimizar e/ou compensar tais impactos; promover os benefícios e oportunidades do desenvolvimento sustentável para os povos indígenas de uma maneira culturalmente apropriada; e estabelecer e manter um relacionamento contínuo com base na Consulta e Participação Informada (ICP) de uma maneira culturalmente apropriada com os Povos Indígenas afetados por um projeto ao longo do seu ciclo de vida.

As comunidades quilombolas e comunidades tradicionais são reconhecidas como povos tradicionais⁹ e tratados como povos indígenas para efeito deste PDAS. Para salvaguardar as populações indígenas e tradicionais e seus direitos contra impactos adversos, os projetos de Categoria A devido a este tipo de impactos **não serão elegíveis** para financiamento pelo PDUOT.

Para projetos em que a avaliação ambiental e social identifica os povos indígenas e/ou tradicionais como partes interessadas, os requisitos de participação e consentimento devem ser implementados de acordo com PDAS 1, 7 e 10, e em conformidade com a legislação pertinente no Brasil.

PDAS 8: PATRIMÔNIO CULTURAL

Este PDAS contém diretrizes e requisitos detalhados para a proteção de sítios de valor cultural tangível e intangível. Segundo essas diretrizes, projetos ou atividades que resultem em degradação de bens e valores sociais e culturais relevantes, tais como edificações e sítios históricos, artísticos, arquitetônicos, urbanísticos e arqueológicos, **não são elegíveis para financiamento pelo PDUOT**. Além de cumprir a lei aplicável à proteção do patrimônio cultural, o Mutuário deve identificar e proteger o patrimônio cultural, assegurando que práticas internacionalmente reconhecidas para a proteção, estudos de campo e documentação do patrimônio cultural sejam implementados. Onde o processo de identificação de riscos e impactos determinar que há uma chance de impactos no patrimônio cultural, o Mutuário deverá contratar profissionais competentes para auxiliar na identificação e proteção do patrimônio cultural.

PDAS 9: IGUALDADE DE GÊNEROS

Este PDAS trata da igualdade de gênero e estabelece as diretrizes e requisitos para: antecipar e prevenir riscos e impactos adversos com base em gênero, orientação sexual e identidade de gênero, e quando inevitáveis, mitigar ou compensar estes impactos; lograr incluir todas as pessoas nos benefícios do projeto. Para tanto, deverão ser estudadas oportunidades de promover a igualdade e gênero e prevenir impactos relacionados a gênero, por meio de medidas e procedimentos que incluem: i) revisar e monitorar indicadores relacionados a gênero; ii) identificar e abordar os impactos adversos e o risco de exclusão com base no gênero; iii) incluir mulheres e homens nos processos de consulta; e iv) cumprir a legislação aplicável relativa à igualdade entre homens e mulheres.

PDAS 10: ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Este PDAS estabelece as diretrizes e exigências para desenvolver e implementar um Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) como uma abordagem sistemática e permanente durante o ciclo de vida do projeto, que responda à natureza e escala do Programa e seus riscos e impactos potenciais, incluindo os seguintes elementos:

- i) análise e planejamento das partes interessadas, com mapeamento dos atores envolvidos e destaque para a inclusão de grupos vulneráveis ou desfavorecidos;

⁹ **Povos tradicionais** são grupos ou comunidades que possuem padrões de propriedade e uso da terra que reconhecem a lei consuetudinária, direitos consuetudinários de propriedade de acordo com suas estruturas de cosmovisão e governança. Essas estruturas são culturalmente distintas, tradicionalmente possuídas e frequentemente mantidas em comunidade. Para os fins do MPAS, os povos tradicionais são tratados como povos indígenas. (MPAS, glossário, página 29, BID, setembro de 2020).

- ii) plano de engajamento, garantindo formas de participação desses grupos e medidas diferenciadas para a sua participação efetiva;
- iii) divulgação e disseminação de informações;
- iv) processo de consulta significativa e participação;
- v) comunicação externa para receber e registrar participações com o público, rastrear e avaliar as questões levantadas e as soluções aplicadas e rastrear e documentar as respostas;
- vi) mecanismo de recepção e resolução de queixas para receber e facilitar a resolução de preocupações e reclamações sobre o desempenho ambiental e social do PDUOT; e
- vii) procedimento para reportar às partes interessadas o progresso na implementação dos programas de gestão ambiental e social e a solução de problemas específicos e questionamentos de pessoas e comunidades afetadas pelas intervenções.

POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO – OP 102

Esta Política tem por objetivo maximizar o acesso à informação pelo público beneficiado pelo PDUOT e presente nas suas áreas de influência. Tal informação deve ser divulgada no tempo e na forma adequados para melhorar a sua transparência e, para tanto, a OP-102 considera que todos os documentos produzidos pelo Banco serão disponibilizados ao público, a exceção de informações relacionadas como confidenciais e listadas na Operação.

O Programa com as principais características dos seus projetos, bem como os estudos ambientais e sociais relacionados deverão ser amplamente divulgados, antes da realização das Consultas Públicas. Estes documentos também deverão ser publicados nos sites do Município dedicados ao Programa e do BID.

ANEXO 3

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS

1. Plano de Ação de Emergência

As intervenções do Programa deverão ter um Plano de Ação de Emergência – PAE, descrevendo os riscos decorrentes de sua implantação e os procedimentos que deverão ser adotados para resolver as emergências. Este Plano deve ser preparado e divulgado antes do início das obras e deve contemplar também as diretrizes apresentadas a seguir.

2. Medidas de Segurança

Medidas de segurança para evitar acidentes, tais como uso de equipamentos e instrumentos adequados, uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, fiscalização contínua das empresas e das obras, alerta aos funcionários e exigência de cursos de segurança no trabalho, deverão fazer parte da rotina da UCP.

3. Controlar da Entrada de Pessoas nas Obras

A entrada e saída de pessoas nas obras deve ser rigorosamente controlado para manter o local seguro e impedir acidentes, seja por distração ou por falta de equipamentos de segurança. Os locais de demolição devem ser bem isolados e devidamente evacuados para evitar acidentes. Nestes aspectos, a UCP deve ser rigorosa ao cobrar das empresas construtoras a implementação dos programas do PGAS relacionados.

4. Uso de Equipamentos de Segurança

Todo visitante, assim como todo trabalhador da obra, deve usar os EPIs obrigatórios: capacetes, luvas, mangas, calçados, e o que mais for necessário para atividades específicas como cinturões, cordas, protetor facial etc. Esses equipamentos deverão ser distribuídos para toda a equipe e utilizados sempre. Caberá à empresa construtora e a UCP conferir a certificação e o prazo de validade desses equipamentos.

5. Emergência

Ocorrendo uma emergência, o PAE, que deve ser do conhecimento de todos, deve ser seguido, mantendo-se a calma e a organização. Além disso, qualquer ocorrência deve ser comunicada ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SEST.

O primeiro passo deve ser uma ligação para um serviço de emergência do município ou do estado, discando o número 192 em caso de doenças, ferimentos e intoxicações; e Corpo de Bombeiros, se ocorrerem soterramentos ou alguém ficar preso em um lugar de difícil acesso.

6. Elaboração do Plano de Ação de Emergência - PAE

O PAE pode ser realizado de diferentes maneiras, podendo variar de empresa para empresa. Recomenda-se que a UCP adote o modelo da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB bastante conhecida e adotada pelas empresas da construção civil, que indica a inclusão das seguintes informações:

- nome e endereço da obra;
- descrição das instalações;

- contato dos representantes da obra para caso de emergência;
- lista das possíveis situações perigosas;
- área de abrangência do PAE, de acordo com os danos que podem ser causados ao redor da obra;
- atribuição de responsabilidades, nomeando uma tarefa específica para cada trabalhador em caso de emergência;
- fluxograma de acionamento, indicando o contato no caso de um acidente;
- relação de todos os participantes, todos os integrantes da equipe de obras, todos os materiais para segurança, como extintores de incêndio, alarmes, mangueiras, máscaras, ambulâncias, sistemas alternativos de comunicação e de energia;
- meios de acionamento de serviços de emergência como SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, hospitais próximos etc.;
- procedimentos de emergência estruturados de acordo com todas as informações fornecidas para combater os riscos detectados;
- divulgação do PAE para que seja de conhecimento de todos os envolvidos com a obra; e
- cronograma de exercícios práticos e teóricos para capacitar toda a equipe a lidar com emergências.

O PAE das obras do PDUOT deverá ter uma linguagem simples, clara e alinhada com o dia a dia da obra.

7. Direitos e Deveres da Empresa Construtora em Caso de Emergência

Os deveres da empresa construtora, bem como dos seus gerentes e chefes de equipe com relação à segurança da obra e dos seus trabalhadores deverão ser constantemente cobrados pelo Mutuário considerando os seguintes aspectos:

- aplicação de todos os procedimentos de segurança;
- treinamento de todos os funcionários dentro do horário de trabalho e com remuneração;
- permitir que pelo menos um representante dos empregados acompanhe as fiscalizações legais;
- elaborar documentos que apresentem os riscos detectados no ambiente de trabalho e as formas de diminuir-los ou preveni-los;
- Preenchimento da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) em caso de acidentes, notificando as autoridades competentes, mesmo se o trabalhador não for afastado.

8. Direitos e Deveres dos Trabalhadores em Caso de Emergência

Todos os funcionários deverão estar cientes dos riscos das atividades que realizam e cuidar da própria saúde, principalmente utilizando os EPIs adequados. Também é dever dos trabalhadores assistir às palestras, bem como utilizar, conservar e guardar os equipamentos de segurança. O não cumprimento dessa exigência pode causar advertências e até demissão por justa causa.

Obras na Amostra Representativa

